

ATA N.º 13/2026

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 09 DE JULHO DE 2026

“Nos termos do artigo 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

----- Ao nono dia do mês de julho de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre do edifício da Câmara Municipal de Mira, reuniu esta, ordinariamente, sob a direção do Senhor Presidente da Câmara, Artur Jorge Ribeiro Fresco, tendo participado os Senhores Vereadores, Francisco Daniel Soares Reigota, Tiago Daniel Castro da Cruz, Maria do Rosário Monteiro Palmela, António José Domingues Gonçalves e Bruno Calisto da Silva Maduro.

-----Estiveram igualmente presentes o Chefe da Divisão de Planeamento, Ordenamento e Ambiente, Ângelo Lopes, o Chefe da Divisão de Obras Municipais, Ricardo Nunes, a Chefe de Divisão de Educação, Cultura, Saúde e Ação Social, Brigitte Capeloa, o Chefe de Unidade de Turismo e Eventos, João Cupido, a Chefe da Unidade de Educação, Joana Mesquita, o Técnico Superior Nuno Costa, a Técnica Superior, Edite Inocência, bem como a Técnica Superior, Ana Teresa Oliveira Vieira, na qualidade de secretária. -----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:** -----

-----Nos termos da alínea c) do artigo 39.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal deliberou justificar a falta da Senhora Vereadora Sara Margarida Damas Milheirão. -----

----- O Senhor Presidente cumprimentou os Senhores Vereadores, os Senhores Chefes, os colaboradores do Município, dando início à reunião ordinária da Câmara Municipal de 09 de julho 2026. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** -----

----- Foi presente o resumo diário da tesouraria de 08 de julho de 2026, com um saldo orçamental de 1.711.744,56€ (um milhão, setecentos e onze mil, setecentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos). -----

----- **APROVAÇÃO DE ATA:**-----

----- Foi posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a 25 de junho de 2026, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo texto ter sido disponibilizado na plataforma “ARQUIVO”, em 03 de julho de 2026, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- A Senhora Vereadora Rosário Palmela começou por felicitar os serviços municipais pela limpeza dos passeios da Presa, na sequência de uma questão anteriormente levantada, bem como pela intervenção realizada no arvoredado daquela localidade, considerando que essas ações melhoraram a segurança e a qualidade do espaço público. Referiu, contudo, que essas intervenções constituem uma exceção e não a regra, afirmando que continua a verificar-se falta de manutenção e acompanhamento de diversos espaços e equipamentos municipais, o que, no seu entender, demonstra insuficiente exigência na gestão corrente do espaço público. Relativamente ao Parque Infantil da Presa, manifestou preocupação com o estado de degradação do espaço, sobretudo numa época em que é mais utilizado devido ao regresso de emigrantes e respetivas famílias. Referiu a existência de lixo acumulado, nomeadamente num contentor sobrelotado, defendendo uma maior frequência na recolha de resíduos e salientando que, apesar da falta de civismo de alguns utilizadores, o exemplo deve partir da autarquia. Acrescentou que, numa das suas visitas ao parque, verificou a presença de uma pequena cobra entre as ervas. Chamou igualmente a atenção para o estado dos ecopontos na Presa, referindo que estes se encontram frequentemente cheios, com resíduos espalhados nas imediações, situação que considera prejudicial para a imagem do local. Referiu ainda a necessidade de preservar e manter as ciclovias do concelho, afirmando ter recebido diversas queixas sobre a falta de limpeza, conservação e segurança

daqueles equipamentos, salientando a importância da mobilidade sustentável. Alertou para a falta de limpeza e manutenção do parque do Casal de São Tomé, considerando que o estado daquele espaço público transmite uma imagem de abandono e compromete a sua utilização para lazer e convívio. Manifestou preocupação com o estado da parte traseira do Centro Cívico, designadamente junto à Biblioteca e aos serviços de Registo Civil e Predial, referindo o aspeto degradado, os maus odores e a necessidade de pintura e limpeza, sobretudo por se aproximarem as Festas de São Tomé. Recordou que, na reunião anterior, havia elogiado a melhoria de alguns jardins públicos, mas salientou que persistem espaços verdes com acumulação de lixo, nomeadamente na zona envolvente do Copacabana, junto à estátua do Visconde e no lago existente no jardim, defendendo uma limpeza urbana contínua e medidas de sensibilização e fiscalização, incluindo a aplicação de coimas em situações de incumprimento. Referiu igualmente a degradação de diversos troços das estradas municipais, defendendo intervenções de manutenção regulares por razões de segurança rodoviária. Considerou existir maior preocupação por parte do executivo com a inauguração de novas obras e realização de eventos do que com a conservação das infraestruturas existentes, entendendo que uma boa gestão se avalia também pela manutenção dos espaços públicos, parques infantis, estradas e ciclovias, considerando que o executivo revela alguma inconsistência nessa matéria. Solicitou esclarecimentos sobre a previsão de limpeza do Parque Infantil da Presa, a reparação das ciclovias degradadas, a realização de ações de limpeza no parque do Casal de São Tomé e na parte traseira do Centro Cívico. Relativamente ao espaço da Regência Florestal, adquirido pelo Município e apresentado como futuro projeto estruturante para o concelho, referiu que o local se encontra degradado, com ervas altas, lixo e falta de manutenção. Questionou

como se justifica esse estado, solicitando informação sobre o projeto previsto para o espaço, respetivo calendário de execução e a realização de uma intervenção imediata de limpeza e manutenção. Por último, abordou informações divulgadas nas redes sociais, baseadas em documentos publicados na plataforma BaseGov, relativas a contratos celebrados no âmbito do Campeonato da Aquabike, designadamente uma adjudicação de 19.464 euros para serviços de refeições a Rui Filipe Miranda Patarra e outra de 11.765 euros para serviços de alojamento à empresa Tomásio – Gestão Hoteleira, Unipessoal. Esclareceu que não colocava em causa a necessidade das adjudicações nem a legalidade dos procedimentos, mas considerou importante assegurar a transparência. Questionou quantas entidades foram convidadas para cada consulta prévia, quantas apresentaram propostas, quais os critérios que fundamentaram a escolha dos adjudicatários e solicitou esclarecimentos sobre informações que apontam para a existência de uma relação familiar entre um dos adjudicatários e um funcionário da Câmara Municipal, perguntando se essa situação existe, se foi declarada e que medidas foram adotadas para garantir a imparcialidade do procedimento. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu a intervenção da Senhora Vereadora Rosário Palmela e começou por esclarecer que algumas das ações de limpeza referidas, nomeadamente em passeios e espaços públicos, são da competência da Junta de Freguesia de Mira, salientando que, apesar dos recursos humanos limitados, será transmitido o alerta relativamente às localidades onde continuam a verificar-se necessidades de intervenção. Relativamente à limpeza da vegetação na zona entre Valeirinha e a Presa, informou que a intervenção já estava prevista, mas teve de ser adiada devido ao aviso vermelho então em vigor, tendo sido posteriormente executada. Acrescentou que, em muitos casos,

a vegetação que invade as vias municipais tem origem em terrenos particulares, sendo necessário cumprir previamente os procedimentos de notificação aos proprietários antes de a Câmara poder intervir. Quanto às questões relacionadas com o Parque Infantil da Presa e com os ecopontos, informou que daria a palavra ao Senhor Vereador Bruno Maduro para prestar os esclarecimentos respetivos. No que respeita às ciclovias e percursos pedonais, concordou com a necessidade de reforçar a sua manutenção, reconhecendo que a extensa rede existente no concelho exige intervenções frequentes, especialmente durante os meses de verão, devido ao rápido crescimento da vegetação. Referiu que os trabalhos de limpeza estão a decorrer em toda a extensão das ciclovias do concelho. Sobre o Parque de Merendas do Casal de São Tomé, esclareceu que a respetiva manutenção está abrangida pelo acordo de delegação de competências celebrado com a Junta de Freguesia de Mira. Informou que tinham sido efetuadas intervenções de limpeza naquela localidade e que iria alertar o Presidente da Junta para a necessidade de intervenção também naquele parque. Relativamente à parte traseira do edifício da Biblioteca e da envolvente do Centro Cívico, explicou que existem áreas de natureza distinta, sendo uma pertencente ao condomínio privado e outra da responsabilidade do Município. Informou que as antigas instalações sanitárias públicas tinham sido demolidas e que se encontra prevista a instalação de um módulo pré-fabricado definitivo após as Festas de São Tomé, reconhecendo a necessidade de requalificação e limpeza daquele espaço, bem como à intervenção no edifício da Biblioteca. No que respeita à limpeza do lago e dos jardins municipais, reconheceu as dificuldades de manutenção, explicando que a acumulação de folhas e resíduos obriga a intervenções frequentes e, por vezes, à drenagem do lago para limpeza. Concordou igualmente que a falta de civismo de alguns utilizadores agrava a

situação, considerando pertinente a sensibilização e, quando necessário, a aplicação de coimas. Acrescentou que a equipa de jardinagem realiza regularmente trabalhos de manutenção dos espaços verdes, embora algumas intervenções estejam temporariamente condicionadas pela preparação das Festas de São Tomé. Relativamente à degradação das estradas municipais, reconheceu tratar-se de um problema recorrente, referindo que o Município continuará a realizar intervenções de manutenção, quer através da aplicação de novos tapetes betuminosos nas vias onde existem infraestruturas concluídas, quer através da reparação pontual dos pavimentos degradados. Quanto ao edifício da Regência Florestal, informou que se encontra em preparação um projeto para candidatura destinado à instalação do Arquivo Municipal, considerando tratar-se de um edifício com características adequadas para esse fim. Esclareceu, contudo, que tal não impede a realização imediata de trabalhos de limpeza e desmatação da área envolvente. Relativamente às questões suscitadas sobre a organização do Campeonato da Aquabike, destacou o sucesso do evento, enaltecendo o trabalho desenvolvido pelo Senhor Vice-Presidente, pela equipa organizadora e pelos serviços municipais. Salientou o impacto positivo da iniciativa na economia local, nomeadamente na hotelaria, restauração, alojamento local e restantes atividades económicas, referindo que, segundo as entidades internacionais, se tratou da maior prova europeia da modalidade realizada até à data. Considerou pertinentes os esclarecimentos solicitados e informou que passaria a palavra ao Senhor Vereador Bruno Maduro para responder às questões relacionadas com o Parque Infantil da Presa e os ecopontos. -----

----- O Senhor Vereador Bruno Maduro cumprimentou os presentes e esclareceu que a recolha seletiva é da responsabilidade da ERSUC, enquanto a recolha de

resíduos urbanos compete à SUMA. Informou que o Município mantém reuniões regulares com ambas as entidades, tendo a mais recente decorrido no dia anterior, com o objetivo de encontrar soluções para os problemas relacionados com a gestão de resíduos no concelho. Referiu que, embora tenham sido identificadas algumas falhas pontuais de origem humana na prestação do serviço, os dados apresentados indicam que a maioria das reclamações — cerca de sete em cada dez — resulta da deposição indevida de resíduos nas imediações dos ecopontos e não da falta de capacidade dos equipamentos. Indicou, a título de exemplo, que o ecoponto da Presa se encontrava com capacidade disponível, sendo o problema causado pelos resíduos abandonados no exterior. Acrescentou que, em alguns locais, nomeadamente na Praia de Mira, a SUMA tem colaborado com a ERSUC na recolha dos resíduos deixados junto aos ecopontos, face às dificuldades desta última em dar resposta à situação. Informou ainda que o Município continuará a promover campanhas de sensibilização, incluindo durante as Festas de São Tomé, classificadas como ecoevento, com divulgação das regras de deposição de resíduos e das coimas aplicáveis às infrações. Concluiu que o aumento da frequência das recolhas não constitui, por si só, uma solução eficaz para o problema, defendendo antes o reforço da fiscalização e a aplicação de coimas aos infratores. Acrescentou que essa estratégia já foi articulada com a Guarda Nacional Republicana, prevendo-se o início de ações de fiscalização num futuro próximo. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Senhor Vereador Bruno Maduro e concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente para responder às questões colocadas relativamente ao Campeonato da Aquabike. –

----- O Senhor Vice-Presidente cumprimentou os presentes e agradeceu as questões colocadas. Antes de responder aos esclarecimentos solicitados,

destacou o sucesso da organização do Campeonato da Aquabike, agradecendo o trabalho desenvolvido pelo Senhor Vereador Bruno Maduro, pela Unidade de Turismo e Eventos, na pessoa de João Cupido, pela Unidade de Desporto, representada por Oriana Dias, e pelos restantes serviços municipais envolvidos. Referiu que o evento foi reconhecido pela Federação, pela H2O e pela UIM pela qualidade da sua organização, existindo a perspetiva de o concelho poder vir a acolher futuramente o Campeonato do Mundo de Aquabike. Relativamente aos contratos para fornecimento de refeições, esclareceu que, atendendo às obrigações assumidas no protocolo do evento, os serviços municipais efetuaram uma consulta preliminar aos restaurantes do concelho para avaliar o mercado e definir o preço base do procedimento, referindo que terão sido contactados praticamente todos os estabelecimentos de restauração do concelho. Informou que, com base nas respostas obtidas, foi posteriormente lançado um procedimento de consulta prévia, embora fosse legalmente possível recorrer ao ajuste direto por se tratar de um valor inferior a 20 mil euros. Referiu que o caderno de encargos previa o fornecimento de refeições em restaurante durante os primeiros dias do evento e, posteriormente, o fornecimento de refeições para cerca de 90 pessoas na zona do paddock, destinadas ao dispositivo logístico da competição. Quanto ao procedimento relativo ao alojamento, informou que foram consultadas as unidades hoteleiras com capacidade para alojar o número de quartos exigido, designadamente o Hotel Senhora da Conceição, o Miravillas Hotel e a Quinta do Éden, esclarecendo que outras unidades inicialmente contactadas já não dispunham de disponibilidade. Acrescentou que foi o responsável pelo procedimento, em articulação com os serviços municipais, referindo que a alegada relação familiar mencionada nas redes sociais não foi considerada impeditiva do procedimento, por entender que não configurava

qualquer impedimento legal. Manifestou disponibilidade para prestar todos os esclarecimentos adicionais que fossem considerados necessários. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Senhor Vice-Presidente e concedeu novamente a palavra. -----

----- A Senhora Vereadora Rosário Palmela esclareceu que as questões relativas aos contratos da Aquabike foram confirmadas através da plataforma Base.gov.pt, não se baseando apenas em informações divulgadas nas redes sociais, agradecendo os esclarecimentos prestados pelo Senhor Vice-Presidente. Relativamente à limpeza urbana, à sustentabilidade e à preservação do ecossistema, defendeu a adoção de medidas mais rigorosas para combater o abandono de resíduos, considerando que persistem situações de falta de limpeza em diversas localidades do concelho, incluindo a Praia de Mira. Salientou a importância de preservar a imagem do concelho, em especial da Praia de Mira e da Barrinha, enquanto espaços de referência e forte atratividade turística. Considerou que, caso os recursos humanos da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal sejam insuficientes, deverá ser ponderada a contratação de serviços externos para assegurar a manutenção da limpeza dos espaços públicos. Reiterou ainda a necessidade de promover o civismo e a educação ambiental, defendendo a adoção de medidas sancionatórias quando necessário, por forma a preservar o ambiente e a qualidade de vida das gerações futuras. –

----- O Senhor Presidente agradeceu a sugestão apresentada pela Senhora Vereadora Rosário Palmela e reconheceu as dificuldades inerentes à gestão da limpeza urbana, sobretudo durante a época balnear, período em que a população da Praia de Mira aumenta significativamente, exigindo um reforço da frequência das recolhas de resíduos. Referiu que o Município continuará a exigir às entidades prestadoras do serviço o cumprimento das obrigações

contratualmente assumidas, salientando, contudo, que a contratação de mais recursos para a recolha de resíduos depende das competências e responsabilidades das entidades envolvidas. Informou ainda que o Município já se encontra a promover a recolha seletiva de resíduos alimentares nas cantinas, prevendo alargar essa medida ao setor da restauração, contribuindo assim para reduzir a quantidade de resíduos depositados nos contentores indiferenciados. Concluiu, sublinhando que a resolução do problema passa igualmente pela educação e sensibilização da população para a adoção de comportamentos mais responsáveis, tendo, de seguida, dado continuidade à ordem de trabalhos.

----- O Senhor Vereador Francisco Reigota referiu que, embora considere válidos alguns dos esclarecimentos prestados, entende que estes são insuficientes relativamente à limpeza e manutenção do espaço público no concelho. Sublinhou que a responsabilidade pela manutenção das papeleiras urbanas compete ao Município, independentemente da existência de delegação de competências noutras entidades, considerando que o executivo não deve justificar as deficiências existentes com fatores como as condições climatéricas, a dimensão do território ou a escassez de recursos humanos, por entender que esses são desafios inerentes à gestão municipal. Apontou como exemplo o estado de degradação de uma papeleira junto ao edifício da Câmara Municipal, considerando que a falta de manutenção de equipamentos básicos constitui uma falha de gestão. Acrescentou que situações idênticas se verificam em várias localidades do concelho, referindo, em particular, o estado do Parque Infantil da Presa, onde observou acumulação de resíduos durante um longo período. Defendeu que a falta de recursos humanos não pode justificar a ausência de manutenção, considerando que, sempre que necessário, devem ser adotadas soluções alternativas, nomeadamente através da contratação de pessoal ou de

serviços externos. Reconheceu como positivas algumas medidas recentemente implementadas pelo Município, designadamente no âmbito da gestão de resíduos e da compostagem, mas considerou que essas iniciativas não dispensam uma resposta eficaz às necessidades básicas de limpeza e conservação do espaço público. Relativamente à manutenção do lago e dos jardins municipais, reiterou que as dificuldades atualmente apontadas sempre existiram, defendendo que a diferença reside na forma como a manutenção é atualmente assegurada. Considerou ainda que o executivo deve assumir um papel exemplar na promoção do civismo e da preservação do espaço público, entendendo que a qualidade da gestão municipal se reflete na manutenção dos equipamentos e espaços de utilização quotidiana. No que respeita à Junta de Freguesia de Mira, referiu que, apesar de apresentar resultados financeiros positivos, não promoveu alterações ao mapa de pessoal nem abriu procedimentos para reforço dos recursos humanos, questionando essa opção. Relativamente ao edifício da Regência Florestal, estabeleceu um paralelismo com a antiga casa florestal da entrada da Praia de Mira, considerando que, independentemente dos projetos futuros previstos para aqueles imóveis, compete ao Município assegurar a sua limpeza e conservação enquanto decorrem os respetivos processos de requalificação. Por último, manifestou o seu apoio à realização de eventos de grande dimensão, como o Campeonato da Aquabike, reconhecendo a sua importância para o concelho. Contudo, salientou que esses eventos não devem fazer esquecer a necessidade de assegurar uma manutenção permanente dos espaços públicos, defendendo que é na gestão quotidiana do território que se avalia a qualidade da ação do executivo municipal.

----- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador, referindo que as questões colocadas não eram específicas nem concretas, tratando-se antes de

uma leitura e interpretação que o mesmo fazia da situação e dos assuntos em causa. Considerou que essas interpretações eram naturalmente discutíveis e afirmou que o Executivo procurava sempre fazer o melhor possível. O Senhor Presidente afirmou não poder aceitar que se programassem trabalhos para os eventos deixando, de forma propositada, outras necessidades essenciais por realizar, esclarecendo que tal não acontecia nem aconteceria no futuro. Admitiu que poderiam existir situações que necessitassem de intervenção ao nível da limpeza e da manutenção urbana. Relativamente à referência feita anteriormente sobre a Junta de Freguesia não estar a realizar o trabalho, esclareceu que não tinha afirmado isso. Referiu que o que tinha dito era que a Junta de Freguesia de Mira possuía uma dimensão muito grande, dispunha de poucos assistentes operacionais e, por esse motivo, não conseguia chegar a todos os locais em simultâneo. Manifestou acreditar que os seus funcionários desempenhavam as suas funções e que não se encontravam parados, mas reconheceu que os recursos existentes não permitiam responder à dimensão das necessidades. Quanto à existência de saldo transitado que poderia ser melhor aplicado através da contratação, nomeadamente mediante alterações aos mapas de pessoal, afirmou que caberia ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia analisar essa situação, por ser da sua competência e do respetivo Executivo avaliar o que poderia ou não ser disponibilizado para integração nos quadros e reforço dos recursos humanos. Referiu ainda ter conhecimento de que a Junta de Freguesia tem procurado recorrer a outros programas existentes, nomeadamente o IEFP, para contratação de pessoas, tendo igualmente contratado algumas empresas para a realização de trabalhos de limpeza. Contudo, salientou que existem sempre limitações e que, consequentemente, o resultado é o que é conhecido. Relativamente à regência e às casas florestais, o Senhor Presidente afirmou que

eram conhecidos os trabalhos a executar em cada uma delas, mas que existia um caminho a percorrer até à sua concretização. Manifestou a expectativa de que, dentro de algum tempo, fosse possível apresentar esses espaços de outra forma, com outras valências e novas utilizações. -----

----- O Senhor Vice-Presidente acrescentou que o cenário verificado no dia de hoje era da total responsabilidade do Executivo e que nunca seriam descartadas as respetivas responsabilidades. Referiu que não podia aceitar a ideia de que anteriormente tudo estivesse bem e que apenas agora existissem problemas, questionando a que período anterior se fazia referência. Salientou que alguns dos elementos presentes na mesa já tinham desempenhado funções autárquicas, incluindo em Juntas de Freguesia, como era o seu caso, o do Senhor Presidente e o do Senhor Vereador Francisco, e que, nessa altura, os desafios já eram significativos, tal como acontecia atualmente. Reforçou que, se a situação atual não estava bem, a responsabilidade era do Executivo em funções. Contudo, recordou que, no passado, também existiram falhas da sua parte e do Senhor Vereador, nomeadamente em situações em que determinados espaços não se encontravam limpos, assumindo essa responsabilidade. Esclareceu que não pretendia justificar a situação, mas evidenciar que se tratava de um desafio contínuo. Por fim, reiterou que a responsabilidade era do Executivo e que não poderia ser transmitida a ideia de que anteriormente tudo funcionava bem e que apenas atualmente existiam problemas. -----

----- O Senhor Presidente questionou se existia mais alguma intervenção, dando a palavra aos presentes. -----

----- Tomou a palavra o Senhor Vereador Francisco Reigota: *“Senhor Presidente, na última reunião de Câmara, chamei a atenção para a falta de resposta aos requerimentos apresentados pelos vereadores do Partido Socialista, bem como*

aos diversos pedidos de informação que continuam pendentes desde o início deste mandato. Nessa ocasião, Vossa Excelência reconheceu a situação, pediu desculpa perante este Executivo e garantiu que, a curto prazo, tudo seria regularizado. A verdade é que esse compromisso não foi cumprido. Relativamente ao processo da Videira do Sul, continuamos sem receber a documentação solicitada. A única resposta que obtivemos foi a de que os serviços continuam a reunir elementos, apesar de já terem decorrido vários meses, aliás, mais de um ano, desde o primeiro pedido. Contudo, no exercício das nossas funções enquanto vereadores, verificamos que já decorreram vários meses e que se encontram ultrapassados os prazos legais de resposta. Acresce que continua igualmente sem qualquer resposta o pedido de informação relativo às deliberações tomadas nas últimas semanas do mandato anterior, antes e depois das eleições autárquicas. Senhor Presidente, esta situação deixou de ser simplesmente um ato administrativo. Passou a constituir um incumprimento reiterado do dever de informação para com os vereadores e um desrespeito pelo compromisso que assumiu perante este órgão. Por isso, deixo apenas duas perguntas: pode assumir, hoje, uma data concreta para a entrega integral da documentação e das respostas em falta? E, em segundo lugar, considera normal que os vereadores tenham de aguardar vários meses para obter informação indispensável ao exercício das suas funções mais básicas, designadamente as de fiscalização? Solicito, mais uma vez, que esta intervenção e a resposta de Vossa Excelência fiquem integralmente registadas em ata.” -----

----- No uso da palavra, o Senhor Presidente responde: “Obrigado, Senhor Vereador. Relativamente às suas questões e aos requerimentos apresentados, informo que, na sua maioria, se encontram respondidos. Na realidade, existem apenas dois ainda pendentes. Quanto ao processo da Videira do Sul, a Senhora

Doutora Carmen, Chefe de Divisão responsável pela preparação dessa matéria, não se encontra presente. Contudo, estamos em crer que, face aos desenvolvimentos que o processo tem tido, o mesmo estará, provavelmente, concluído a curto prazo, podendo ser posteriormente enviado. Relativamente às deliberações tomadas durante o período de gestão, na realidade, conversei com o Senhor Chefe de Divisão Financeira e as referidas deliberações encontram-se descritas nos documentos. Poderemos proceder a uma compilação diferente da informação, mas a mesma está de acordo com as normas previstas e com aquilo que é permitido executar durante este período. Iremos novamente reunir sobre esta matéria e, quanto à data, considero que até ao final deste mês de julho estaremos em condições de efetuar a entrega. Embora seja um período complicado devido ao São Tomé, penso que, caso todos os serviços tenham os elementos concluídos, apesar de haver pessoal em período de férias ou que estará de férias, conseguiremos proceder à entrega atempadamente para a próxima reunião de Câmara, que terá lugar no final deste mês. Mais alguma questão?” -----

----- O Senhor Vereador Francisco Reigota colocou uma questão relacionada com a instalação de estruturas de outdoors ou similares, referindo que, no dia anterior, quando regressava de Coimbra, entre as 19h00 e as 20h00, aproximadamente, verificou que estavam a ser instaladas algumas estruturas junto à rotunda onde se encontra a fachada da casa gandraesa. Referiu que, nos últimos tempos, também tinha observado a colocação de outras estruturas semelhantes. Recordou que, numa reunião anterior, tinha sido informado de que o procedimento relativo aos outdoors tinha caducado e que seria aberto um novo concurso, contudo, afirmou não ter verificado a abertura de qualquer procedimento ou candidatura. Questionou, assim, se o referido concurso tinha

efetivamente existido, se já tinha sido adjudicado, a quem tinha sido entregue e se as estruturas instaladas se encontravam devidamente legalizadas. Acrescentou que existiam estruturas colocadas no Município que não cumpriam as regras estabelecidas, situação que já tinha sido reconhecida pelo Executivo, nomeadamente pelo Senhor Vereador, referindo casos no centro da Barra de Mira e na entrada da Praia de Mira. Salientou que algumas dessas estruturas continuavam instaladas, chegando inclusive a apresentar publicidade do Município, como era o caso de uma estrutura situada na rotunda da Praia de Mira, atualmente com publicidade relativa à motonáutica. Por fim, afirmou que a sua questão era simples, pretendendo saber se o procedimento tinha existido, em que ponto se encontrava, qual a sua evolução e se o Município estava a autorizar estas situações, questionando ainda como era possível o Município colocar publicidade em algumas dessas estruturas. -----

----- O Senhor Presidente informou que o procedimento existente tinha o prazo finalizado e que o novo concurso seria submetido à Câmara Municipal para abertura e aprovação. Esclareceu que, neste momento, estava a ser realizado um levantamento de todos os locais identificados no concurso anterior, com o objetivo de verificar se as respetivas localizações se mantinham adequadas ou se seria necessário proceder à sua alteração ou retirada em alguns pontos. Referiu que tinham surgido algumas situações relativamente à localização de determinadas estruturas, nomeadamente quanto à sua colocação, visibilidade e eventual interferência com outros elementos existentes, pelo que o trabalho de análise dos locais e de definição das alterações necessárias estava a atrasar ligeiramente o processo. Reforçou que não poderia ser lançado um novo concurso sem que o assunto fosse previamente submetido à Câmara Municipal, garantindo que o mesmo seria apresentado para aprovação. Relativamente às

estruturas que tinham sido colocadas recentemente, esclareceu que não existia autorização municipal, uma vez que não havia qualquer procedimento em curso nem pedidos formalizados nesse sentido. Informou que essas estruturas seriam retiradas, tal como já vinha sendo feito nos locais onde eram identificadas situações não licenciadas, ficando essa remoção a cargo dos serviços municipais, incluindo a situação referida. -----

----- O Senhor Vice-Presidente informou que, tanto quanto tinha conhecimento, já tinha transmitido aos serviços a existência de infraestruturas que não se encontravam legalizadas. Referiu que, no dia anterior, tinha surgido mais uma situação junto à rotunda da variante A17, no Seixo, tendo solicitado aos serviços a respetiva retirada. Relativamente à situação mencionada pelo Senhor Vereador, admitiu que se poderia tratar de um outdoor do Intermarché, localizado na Barra, informando que já tinha dado indicação para proceder à notificação, não conseguindo, naquele momento, confirmar se a mesma já tinha sido efetuada. Esclareceu que, caso o proprietário não procedesse à sua remoção, o Município teria de assegurar a retirada da estrutura. Quanto à rotunda da entrada da Praia de Mira, referiu que, embora não existisse atualmente qualquer procedimento em curso, o Município tinha utilizado uma lona própria, colocada naquela infraestrutura de sistema, anteriormente concessionada. -----

----- O Senhor Vereador António Gonçalves cumprimentou todos os presentes, desejando que os trabalhos decorressem de forma profícua. Referiu que trazia à discussão uma situação que lhe tinha chegado através de fotografias enviadas por um munícipe, relacionada com a Rua Doutor Manuel Estrela, na Praia de Mira, mais concretamente a Rua do Canal, onde, há algum tempo, ocorreu um abatimento significativo da plataforma rodoviária, obrigando ao encerramento da via. Considerou que as imagens do local revelavam uma situação preocupante,

não se tratando apenas de um problema de pavimento degradado, mas de um colapso parcial de uma infraestrutura, com perda do suporte da estrada, erosão significativa e uma interrupção prolongada da circulação. Manifestou preocupação não apenas pelo incidente em si, mas também pela ausência de uma solução conhecida e de informação clara aos munícipes. Nesse sentido, questionou há quanto tempo a estrada se encontrava encerrada, se existia algum diagnóstico técnico definitivo sobre as causas do abatimento, se tinha sido elaborado algum projeto de reparação ou reconstrução, qual o custo estimado da intervenção, se existia financiamento assegurado e quando previa o Executivo devolver aquela ligação aos cidadãos. Recordou que aquela estrada constituía uma via de escape importante para a circulação rodoviária, sobretudo durante a época balnear. Referiu que, aos olhos dos munícipes, existia uma estrada encerrada há algum tempo, sem obras, sem calendário anunciado e sem perspectiva de resolução. Acrescentou que esta situação levantava uma questão de fundo relativamente ao estado de outras estruturas municipais ou infraestruturas que poderiam encontrar-se em situação semelhante, aguardando que um problema se transformasse numa emergência. Salientou que a manutenção preventiva era sempre menos dispendiosa do que a reconstrução após o colapso e defendeu que não deveria ser normalizada a existência de infraestruturas encerradas durante meses ou anos, sem uma estratégia definida, prazos estabelecidos e informação transparente para a população. Afirmou que os cidadãos tinham o direito de saber não apenas o que tinha acontecido, mas também quando a situação seria resolvida. Por fim, referiu uma outra situação relacionada com infraestruturas, indicando que, recentemente, ao passar junto à zona do depósito de água, no cruzamento para a Incubadora, verificou que existiam ferros à vista na estrutura. Questionou se não seria oportuno proceder

também a uma intervenção naquela infraestrutura, de forma a prevenir uma eventual situação de colapso no futuro. -----

----- O Senhor Presidente informou que iria passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente para os devidos esclarecimentos. -----

----- O Senhor Vice-Presidente agradeceu ao Senhor Presidente e pelas questões formuladas. Relativamente à situação da Rua do Canal, referiu que se tratava igualmente de uma preocupação do Executivo. Informou que, no dia anterior, tinha reunido com o Chefe da Divisão de Obras Municipais, Ricardo Nunes, no âmbito das consultas realizadas ao mercado, tendo em vista a resolução da situação. Esclareceu que, neste momento, a intervenção estava estimada em cerca de 80 mil euros, prevendo a colocação de estruturas pré-fabricadas em betão naquela zona. Referiu que estavam a ser consultadas várias empresas, não apenas com o objetivo de avaliar os preços apresentados, mas também para aferir os prazos de execução, uma vez que o objetivo era que a intervenção fosse realizada com a maior brevidade possível. Acrescentou que o Senhor Presidente tinha solicitado que fosse igualmente estabelecido contacto com o Regimento de Engenharia de Espinho, existindo, assim, dois processos a decorrer em paralelo. Referiu que, caso a intervenção demorasse mais tempo do que o pretendido, existiam mecanismos legais que permitiriam avançar, se necessário, com um ajuste direto, apesar do valor estimado da obra ser de cerca de 80 mil euros, considerando tratar-se de uma situação urgente. Manifestou a expectativa de que, até ao dia seguinte, existissem condições para decidir se seria lançado o procedimento, prevendo que a resolução pudesse ocorrer num prazo aproximado de duas a três semanas, embora não pudesse garantir esse prazo, ou se seria necessário recorrer a uma solução alternativa. Relativamente à questão do depósito da Presa, corrigindo para o depósito de Mira, informou

que, embora tivesse conhecimento da situação, aquele património não pertencia ao Município, uma vez que, aquando da constituição da ABMG, o mesmo tinha transitado para o património daquela entidade. Esclareceu que não pretendia, com essa referência, afastar responsabilidades do Município, mas salientou que a infraestrutura não integrava o património municipal. Referiu ainda que o Senhor Presidente poderia complementar a informação, uma vez que tinha conhecimento de que já tinham sido manifestadas preocupações relativamente a essa situação e que poderiam existir relatórios elaborados nesse âmbito. -----

----- O Senhor Presidente acrescentou que pretendia apenas esclarecer duas questões. Relativamente ao contacto efetuado com o Regimento de Engenharia n.º 3, esclareceu que a intervenção em causa se prendia com a possibilidade de não ser viável, a curto prazo, a substituição integral das manilhas existentes. Referiu que a solução prevista passaria pela utilização de outro tipo de material, mais seguro, com maior capacidade de suporte de peso e maior durabilidade. Explicou que, caso não fosse possível avançar de imediato com essa solução definitiva, seria avaliada uma alternativa que permitisse a abertura da via ao público, através da criação de uma travessia provisória que garantisse a circulação, sendo posteriormente realizada a intervenção definitiva. Referiu que o contacto com o Regimento de Engenharia se justificava pelo facto de esta entidade já ter executado intervenções semelhantes, permitindo minimizar os impactos da situação. Relativamente ao depósito de água, afirmou não ter nada a acrescentar ao que tinha sido referido pelo Senhor Vice-Presidente, esclarecendo que a infraestrutura integrava o património da ABMG. Informou que o Município já tinha alertado, por diversas vezes, aquela entidade para o estado em que o espaço se encontrava, nomeadamente quanto à existência de vidros partidos e à necessidade de realização de trabalhos de pintura e

manutenção. Concluiu referindo que o Município voltaria a insistir junto da ABMG para que fossem realizadas as intervenções necessárias no mais curto prazo possível. -----

----- O Senhor Vereador António Gonçalves referiu que pretendia apenas acrescentar uma pequena questão, esclarecendo que a existência de vidros partidos não constituía uma questão de natureza infraestrutural, ao contrário do ferro à vista, que poderia eventualmente configurar essa situação. Relativamente à situação da estrada do Canal, afirmou ter compreendido a justificação apresentada pelo Senhor Vice-Presidente. Contudo, considerou que o problema teria origem nas infiltrações de água junto às manilhas, situação que teria provocado a rutura da estrada e o abatimento do pavimento. Nesse sentido, referiu que não considerava que a questão estivesse propriamente nas manilhas, mas sim na necessidade de encontrar uma solução que permitisse controlar as infiltrações junto à zona das mesmas, evitando futuros abatimentos do piso. ----

----- O Senhor Vice-Presidente solicitou ao Senhor Presidente autorização para que o Chefe da Divisão de Obras Municipais, Senhor Ricardo Nunes, pudesse intervir antes de prosseguir a discussão. Referiu que a solução atualmente em análise não passava pela simples colocação de uma manilha, uma vez que aquela situação já se tinha verificado pela terceira vez no mesmo local. Nesse sentido, solicitou que o Chefe de Divisão, Ricardo Nunes pudesse prestar os devidos esclarecimentos técnicos relativamente à solução que estava a ser equacionada para o local. -----

----- O Chefe da Divisão de Obras Municipais cumprimentou os presentes e, concordando com as intervenções anteriores, procurou prestar alguns esclarecimentos. Referiu que as manilhas se encontravam efetivamente instaladas, tendo o problema ocorrido lateralmente às mesmas, nomeadamente

ao nível do trabalho desenvolvido por baixo ou por fora da estrutura existente. Esclareceu que, após uma análise cuidada, o Município abandonou a solução baseada nas manilhas e optou por uma solução em formato de canal, com maior capacidade de escoamento. Acrescentou que está prevista a execução de um canal técnico de maior capacidade, com uma entrada em laje, permitindo encaminhar as águas para o canal e evitar infiltrações laterais. Complementando a informação prestada pelo Senhor Vice-Presidente, referiu que, relativamente à execução dos canais, existe um período de produção e cura do betão que implica algum tempo de espera, motivo pelo qual têm sido analisadas alternativas e efetuadas pesquisas de mercado, de forma a acautelar os prazos necessários.-

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Chefe da Divisão e questionou se existiam mais algum pedido de esclarecimento, outro assunto ou outra intervenção. Não havendo mais intervenções, informou que se passaria ao período da ordem do dia. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **DIVISÃO ADMINISTRATIVA** -----

----- **HOMENAGEM AOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE MIRA QUE PASSARAM À SITUAÇÃO DE APOSENTADOS (JULHO 2025 A JULHO DE 2026).** -----

----- O Senhor Presidente informou que o assunto em apreciação dizia respeito à homenagem aos trabalhadores do Município de Mira que passaram à situação de aposentação entre julho de 2025 e julho de 2026. Referiu que, conforme os documentos apresentados, se encontravam elencados cinco funcionários para esta homenagem, a realizar no âmbito das Festas de São Tomé. Questionou se existia alguma questão relativamente ao assunto. -----

----- O Senhor Vereador António Gonçalves começou por referir que acompanhava inteiramente o espírito da proposta, considerando justo e

merecido que o Município reconhecesse publicamente aqueles que dedicaram anos da sua vida ao serviço da comunidade e, em particular, do concelho de Mira. Contudo, solicitou um esclarecimento relativamente ao período temporal abrangido pela homenagem. Referiu que, na proposta apresentada, era mencionado que a mesma se destinava aos trabalhadores aposentados entre julho de 2025 e julho de 2026, enquanto o anexo identificava como universo dos homenageados os trabalhadores aposentados entre julho de 2025 e 30 de junho de 2026. Nesse sentido, considerou importante perceber se se tratava apenas de uma imprecisão na redação da proposta ou se existia algum trabalhador aposentado já em julho de 2026 que não constava da lista apresentada. Esclareceu que não estava em causa a homenagem, que considerava inteiramente merecida, mas apenas garantir que a deliberação fosse rigorosa e que todos os trabalhadores abrangidos pelo período definido fossem efetivamente contemplados. Questionou ainda se existia algum enquadramento ou prática institucional consolidada relativamente a estas homenagens e qual o custo estimado associado à atribuição de medalhas e diplomas. Por fim, reiterou que se associava ao reconhecimento e agradecimento aos trabalhadores apresentados pelo contributo prestado ao Município ao longo das suas carreiras.

----- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador e informou que o Técnico Nuno Costa iria procurar obter informação mais específica relativamente à questão colocada. Referiu que poderia existir uma imprecisão nos documentos apresentados, esclarecendo, contudo, que atualmente as datas de aposentação se encontravam associadas ao dia 30 de cada mês, sendo que os efeitos apenas se produziam no dia 1 do mês seguinte, situação que se vinha verificando há algum tempo. Acrescentou que não se perspetivava que, durante o decorrer do mês de julho, viessem a existir novas situações a considerar e que, por esse

motivo, a referência a 30 de junho poderia constituir apenas uma imprecisão documental que teria de ser corrigida. Salientou, no entanto, que, em termos práticos, a alteração da data não resultaria numa mudança do número de funcionários abrangidos. Referiu que aguardaria os esclarecimentos adicionais do Técnico Nuno Costa quando este regressasse, dando-lhe de seguida a palavra para prestar os devidos esclarecimentos. -----

----- O Técnico Nuno Costa esclareceu que a informação correta era a constante do anexo. Referiu que o texto indicado na proposta poderia suscitar alguma interpretação menos clara, mas confirmou que a data correta era 30 de junho.--

--- O Senhor Vereador António Gonçalves referiu que lhe parecia tratar-se de uma ligeira imprecisão, mas que a dúvida suscitada justificava a questão colocada. Solicitou ainda ao Senhor Presidente esclarecimentos relativamente ao custo estimado associado à atribuição das medalhas e diplomas, embora reconhecesse que não deveria representar um valor significativo. -----

----- O Senhor Presidente informou que, naquele momento, não conseguia indicar o custo associado às medalhas e aos diplomas atribuídos. Referiu que tinha tomado nota da questão, mas que a resposta lhe tinha passado. Esclareceu que seria verificado o custo das medalhas e dos diplomas adquiridos, os quais eram comprados em quantidade, e que posteriormente seria comunicada a informação relativa ao custo individual de cada medalha e de cada diploma. Concluiu referindo que essa informação seria remetida ao Senhor Vereador posteriormente. -----

----- O Senhor Vereador Francisco Reigota dirigiu-se ao Senhor Presidente, referindo que pretendia fazer um pequeno complemento e apresentar uma sugestão. Considerou que este tipo de iniciativas era sempre de saudar, mas entendeu que, por vezes, poderia existir um complemento a estas ações. Referiu

que o Município, em diversas ocasiões, nomeadamente por iniciativa do Executivo, realizava homenagens intermédias ou despedidas a alguns funcionários, dando como exemplo a situação ocorrida com o Senhor Carlos Lourenço. Manifestou que, enquanto Vereadores eleitos, gostariam de ser informados previamente destas situações, de forma a poderem associar-se às mesmas. Esclareceu que tal não significava necessariamente que tivessem disponibilidade de horário para estar presentes, mas permitiria que pudessem fazer chegar uma mensagem ou uma manifestação de reconhecimento aos funcionários envolvidos, considerando que se tratavam de iniciativas justas. Referiu que tinha conhecimento de que tinha sido realizada uma homenagem ao Senhor Carlos Lourenço, independentemente de ter sido organizada com maior ou menor antecedência, mas que a informação não tinha chegado ao conhecimento dos Vereadores, exceto através das redes sociais utilizadas pelo Executivo, onde a divulgação era posteriormente efetuada. Apresentou esta questão como uma pequena sugestão e, em tom de brincadeira, dirigiu-se ao Técnico Nuno Costa, referindo que não seria necessário correr tanto, pois aguardariam pela resposta. Saudou, contudo, a prontidão com que a informação foi apresentada. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador e esclareceu que o Município não realizava homenagens intermédias. Referiu que as homenagens oficiais eram normalmente realizadas durante os festejos de São Tomé, podendo ocorrer em diferentes dias, sendo habitualmente efetuadas ao domingo à tarde, embora tal pudesse não se verificar em todas as situações. Esclareceu que essa era a homenagem oficial destinada aos trabalhadores que passavam à situação de aposentação. Acrescentou que o ponto seguinte, relativo à atribuição de medalhas aos funcionários que completavam determinados anos de serviço,

nomeadamente 15, 25 ou 35 anos, integrava igualmente o reconhecimento aos trabalhadores do Município. Relativamente às despedidas realizadas a alguns funcionários, explicou que essas iniciativas eram organizadas pelos próprios colegas de trabalho, não sendo promovidas pelo Município nem pelo Executivo. Referiu que, nessas situações, era comunicado ao Executivo se pretendia ou não estar presente, tratando-se de iniciativas de carácter não oficial e que não eram da responsabilidade da organização municipal. Por fim, questionou se existia mais alguma questão relativamente ao ponto e, não havendo intervenções, informou que o mesmo seria colocado a votação. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 234/2026**, do Senhor Presidente da Câmara, no sentido da atribuição de um voto de louvor e reconhecimento aos trabalhadores da Câmara Municipal que se aposentaram no período compreendido entre julho de 2025 e julho 2026, conforme lista anexa, pelos bons serviços e desempenho prestados ao longo da sua carreira profissional, dando assim um contributo inestimável para o desenvolvimento do nosso Concelho. -----

----- Mais foi deliberado que, para o efeito, se ofereça um diploma e uma medalha como forma de reconhecimento. -----

----- Foi ainda deliberado que a referida homenagem seja concretizada no âmbito das Festas de São Tomé, no dia 26 de julho de 2026. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE DEDICAÇÃO AOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS QUE COMPLETARAM 35, 25 E 15 ANOS DE SERVIÇO.** -----

----- O Senhor Presidente informou que o ponto em apreciação dizia respeito à atribuição de medalhas de dedicação aos funcionários municipais que completaram 35, 25 e 15 anos de serviço ao longo do respetivo percurso profissional. Referiu que os trabalhadores distinguidos seriam chamados a

receber esta condecoração durante os festejos de São Tomé. Esclareceu que, relativamente aos 35 anos de serviço, existia apenas um funcionário abrangido, que, pelos 25 anos de serviço completos, estavam identificados cinco funcionários e que, relativamente aos 15 anos de serviço, eram abrangidos dezassete funcionários. Questionou se existia alguma nota ou observação relativamente a este ponto. -----

----- O Senhor Vereador António Gonçalves agradeceu ao Senhor Presidente e referiu que esta era igualmente uma proposta que merecia o respeito e a consideração do seu grupo, por visar o reconhecimento dos trabalhadores que dedicaram 15, 25 e 35 anos da sua vida ao serviço do Município e da comunidade. Considerou que este procedimento era justo e importante, não apenas para os trabalhadores homenageados, mas também como um sinal de valorização do serviço público e do compromisso daqueles que diariamente contribuíam para o funcionamento da autarquia. Registou positivamente que esta distinção assentava num Regulamento de Distinções Honoríficas do Município, em vigor desde 1988, garantindo, assim, um enquadramento formal para a atribuição das respetivas medalhas. Contudo, colocou duas breves questões. A primeira relacionava-se com a ausência de identificação da rubrica orçamental e da estimativa dos encargos associados à aquisição das medalhas e dos diplomas. Referiu que, embora se tratasse de um custo reduzido, considerava importante que as propostas fossem acompanhadas da respetiva informação financeira. A segunda questão prendia-se com a oportunidade de refletir sobre a atualização do Regulamento de Distinções Honoríficas, aprovado há quase quatro décadas, avaliando se o mesmo continuava plenamente ajustado à realidade atual do Município. Por fim, associou-se à homenagem e

deixou uma palavra de reconhecimento aos trabalhadores distinguidos pelo contributo prestado ao longo das suas carreiras ao serviço do Município de Mira.

----- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador e prestou os esclarecimentos solicitados. Relativamente à rubrica de cabimento, informou que estas aquisições se encontram enquadradas numa rubrica genérica destinada a este tipo de despesas, à semelhança do que acontece com a aquisição de troféus ou outros materiais de natureza semelhante, pelo que a respetiva despesa se encontra prevista nesse âmbito. Quanto aos custos associados, referiu que correspondem aos custos das medalhas e dos diplomas, comprometendo-se a fazer chegar a informação relativa ao custo individual de cada placa ou medalha a atribuir aos funcionários. No que respeita ao Regulamento de atribuição das medalhas e à reflexão sugerida, reconheceu que, apesar de os regulamentos se manterem em vigor, alguns não são revistos há algum tempo e poderão necessitar de reformulação, tendo em conta novas realidades e outras distinções ou situações que entretanto possam surgir e ser incluídas. Concluiu referindo que o Município estaria sempre disponível para refletir sobre a necessidade de atualização da regulamentação relativa a esta matéria. -----

----- O Senhor Vice-Presidente solicitou ao Senhor Presidente autorização para acrescentar uma informação, referindo que, tendo em conta a quantidade de processos existentes, poderia eventualmente não haver memória imediata de todos os assuntos. Esclareceu que este processo já tinha sido anteriormente submetido a reunião de Câmara, relativamente à abertura do procedimento de revisão do respetivo regulamento, e que, oportunamente, seria apresentada uma proposta de alteração do mesmo, bem como do regulamento relativo ao associativismo. Concluiu referindo que se tratava apenas de uma chamada de

atenção, uma vez que, por vezes, alguns assuntos podem não ser imediatamente recordados, sem que tal aconteça por qualquer motivo menos positivo. -----

----- O Senhor Presidente informou que, não havendo mais nada a referir relativamente ao assunto, se passaria à votação. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 235/2026**, do Senhor Presidente da Câmara, no sentido da atribuição de Medalhas de Dedicção aos trabalhadores da Câmara Municipal que completaram, até 30 de junho de 2026, 35, 25 e 15 anos de carreira, pelos bons serviços e desempenho prestados ao longo da sua carreira profissional, dando assim um contributo inestimável para o desenvolvimento do nosso Concelho. ---

----- Mais foi deliberado que, para o efeito, se ofereça um diploma e uma medalha como forma de reconhecimento. -----

---- Foi ainda deliberado que a referida homenagem seja concretizada no âmbito das Festas de São Tomé, no dia 26 de julho de 2026. -----

----- ***DIVISÃO ECONOMICA E FINANCEIRA***-----

----- **TRANSFERÊNCIAS PARA A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA (CIM-RC).** -----

----- O Senhor Vereador Francisco Reigota referiu que, de uma forma geral, concordava com este tipo de projetos e com as quatro situações apresentadas no âmbito da Comunidade Intermunicipal. Reconheceu que estas matérias, ao assumirem uma dimensão regional, permitem a captação de financiamento e uma maior eficiência na sua execução, quando aplicável. Contudo, considerou que o papel da Câmara Municipal não deveria limitar-se à autorização de transferências financeiras, devendo igualmente avaliar e acompanhar o impacto efetivo destes projetos no concelho de Mira. Nesse sentido, solicitou

esclarecimentos relativamente aos resultados concretos obtidos no território e junto das populações, pretendendo perceber quais os benefícios efetivamente alcançados pelo concelho através dos quatro projetos apresentados e quais os resultados que os munícipes conseguem reconhecer atualmente de forma objetiva. Referiu ainda que gostaria de perceber que tipo de avaliação periódica era realizada pelo Executivo relativamente a estes projetos, tendo em vista o respetivo acompanhamento, considerando que representam um esforço financeiro, independentemente do seu valor. Salientou que, embora alguns projetos apresentem valores reduzidos, outros assumem já uma expressão financeira mais significativa, referindo que, por vezes, quando existem dificuldades na aquisição de equipamentos ou na realização de intervenções municipais, como a compra de caixotes de lixo ou a substituição de papeleiras, é importante garantir que todos os euros investidos são devidamente acompanhados. Concluiu deixando estas questões para que pudesse existir um complemento de informação por parte do Executivo. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador e esclareceu que se tratava de quatro projetos desenvolvidos em articulação com a CIM. Referiu o ITI, que constitui uma intervenção integrada, frequentemente programada a nível territorial, onde os municípios se enquadram de determinada forma, sendo que, em algumas situações, nem todos os municípios são abrangidos, por não existir lógica ou enquadramento para a implementação de determinada intervenção em todos eles. Assim, é selecionado um ou mais municípios, em função da atividade a desenvolver. A título meramente exemplificativo, referiu que, caso fosse necessária a construção de um anfiteatro regional, este seria instalado apenas num dos municípios, embora todos contribuíssem para a sua concretização, por se tratar de uma infraestrutura de âmbito regional. Embora todos pudessem

beneficiar da sua utilização, teriam de se deslocar ao local onde fosse implementado. Neste contexto, salientou que, numa lógica de atuação integrada da região, é necessário analisar os projetos que são apresentados, uma vez que, em determinadas situações, há verbas que têm de ser devolvidas, outras em que são recebidos financiamentos e, posteriormente, por falta de concretização, esses valores têm igualmente de ser devolvidos. Referiu, por isso, que existe um conjunto de procedimentos e transações que têm de ser devidamente articulados com cada ação. Deu como exemplo um projeto da Proteção Civil, relacionado com o reforço de meios e recursos, através do qual foram recebidos equipamentos, nomeadamente os sistemas SIRESP, tendo sido atribuído um à Câmara Municipal, outro à Proteção Civil e outro cedido aos Bombeiros, bem como rádios e outros equipamentos distribuídos no âmbito deste projeto. Mencionou ainda a existência de outras ações que envolvem, por exemplo, as comunidades escolares, nomeadamente em matéria de educação ambiental e projetos de limpeza relacionados com águas, areias, florestas, entre outros. O Senhor Presidente explicou que cada projeto se encontrava delineado e previa intervenção no município, sendo posteriormente implementado. Esclareceu que se tratava de ajustes ao programa global e que, caso este não fosse concretizado na totalidade, seria necessário proceder à devolução das verbas atribuídas pela CIM a cada município. Acrescentou que os projetos eram acompanhados, uns de forma mais intensiva do que outros, em função da sua especificidade, cabendo a determinadas unidades ou divisões esse acompanhamento para a respetiva concretização. Referiu ainda que, nas reuniões da CIM, com a participação dos 19 municípios, eram apreciados, votados e acompanhados, nessa sede, os relatórios relativos a cada um dos projetos. Por fim, questionou se existia mais algum pedido. -----

----- O Senhor Vereador Francisco Reigota agradeceu ao Senhor Presidente a explicação prestada sobre o funcionamento e a tramitação dos processos, considerando que a mesma complementava o esclarecimento anteriormente prestado. No entanto, referiu que a sua questão incidia especificamente sobre os benefícios concretos já obtidos pelo concelho de Mira, ou seja, sobre aquilo que os munícipes já conseguiam reconhecer no momento presente. Salientou que o Senhor Presidente não havia respondido a essa questão. Referiu reconhecer o benefício associado ao primeiro projeto, ligado à proteção civil, mas observou que existiam outras componentes, como a candidatura conjunta de veículos, que poderiam ou não vir a ser afetos a cada concelho. Esclareceu que se tratava apenas de um exemplo e que não pretendia que o Senhor Presidente detalhasse todos os projetos, pretendendo apenas saber, de forma simples, o que já tinha efetivamente melhorado no terreno com a concretização do projeto. Concluiu, afirmando que era apenas esse o esclarecimento que pretendia. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que, no âmbito de cada projeto, nomeadamente do primeiro, foram atribuídos materiais, correspondendo a equipamentos físicos que foram entregues e dos quais o Município passou a beneficiar. Relativamente à componente ambiental, referiu que estavam previstas e a ser implementadas diversas ações no terreno, designadamente ações de limpeza do areal, envolvendo a comunidade escolar. Acrescentou que existiam ainda outras iniciativas de sensibilização consideradas de manifesto interesse, destinadas a dar a conhecer o ciclo da água, exemplificando com a pintura de sarjetas junto de várias escolas, de forma a sensibilizar para o facto de que as águas pluviais e todos os resíduos nelas introduzidos podem alcançar os recursos hídricos e o mar. Concluiu, referindo que se tratava de ações

concretas, com intervenções específicas, cujo acompanhamento vinha sendo assegurado. Não havendo mais questões, colocou o assunto à votação. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 236/2026**, do Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33º e do n.º1 do artigo 105º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na atual redação, no sentido de autorizar as seguintes transferências: -----

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR
Projeto 178: ITI Proteção Civil – Reforço de meios e recursos da CIM-RC https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/?s=centro2030-feder-03071900	9.828,14 €
Projeto Beefood – Prevenção de espécies exóticas invasoras lenhosas e regeneração natural de espécies do género Eucalyptus https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/cim-rc/projeto-beefood/ https://www.cm-mira.pt/node/3401	181,83 €
Projeto 172: +CLIMAGIR https://climagir.cim-regiaodecoimbra.pt	935,45€
Projeto 26: Rede tecnológica de monitorização https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/cim-rc/prevencao-e-gestao-de-riscos-e-alertas-aco-es-inovadoras/	614,49€

----- **APROVAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRA E A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS (CGD).** -----

----- O Senhor Presidente informou que o assunto dizia respeito à aprovação da minuta do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Mira e a Caixa Geral de Depósitos. Referiu que o Município recebeu a Direção da Caixa Geral de Depósitos, que apresentou a referida minuta de protocolo e questionou se o Município estaria disponível para proceder à sua divulgação junto dos colaboradores. Esclareceu que o protocolo não implicava quaisquer custos para o Município, tratando-se apenas da divulgação de um produto daquela entidade bancária, ao qual cada colaborador poderia aderir, caso assim o entendesse,

não existindo qualquer obrigatoriedade. Acrescentou que, por esse motivo, o assunto era submetido à aprovação do órgão. Por fim, questionou se existia algum pedido de esclarecimento. -----

----- O Senhor Vereador Francisco Reigota referiu, de forma sucinta, que o assunto lhe parecia pacífico. Colocou, no entanto, duas questões. A primeira incidiu sobre a origem da iniciativa, referindo ter compreendido, pela explicação prestada, que tinha sido a Caixa Geral de Depósitos a contactar o Município. Nesse sentido, questionou se o Município tinha auscultado outras entidades bancárias com interesse em promover iniciativas semelhantes ou se aguardava apenas que essas entidades tomassem a iniciativa de estabelecer esse tipo de contacto, procedendo posteriormente à respetiva divulgação. A segunda questão prendeu-se com a avaliação do impacto destas iniciativas junto dos trabalhadores do Município. Perguntou se existia algum acompanhamento ou forma de quantificar os benefícios efetivamente obtidos pelos colaboradores, ou se, pelo contrário, se tratava de ações que acabavam por não produzir efeitos relevantes na generalidade dos casos. Acrescentou que considerava que este tipo de parcerias poderia constituir uma mais-valia para os funcionários, desde que fosse dada a devida atenção ao conteúdo dos protocolos e às vantagens neles previstas. Concluiu questionando se o Município se limitava a aceitar estas iniciativas ou se procurava assegurar que delas resultassem benefícios efetivos para os seus colaboradores. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que o Município não auscultou outras entidades bancárias, tendo a iniciativa partido da Caixa Geral de Depósitos, que solicitou uma reunião para apresentar a proposta, a qual foi aceite. Referiu que a maioria dos trabalhadores do Município utiliza os serviços daquela instituição bancária, também associada ao setor público, sendo significativo o número de

contas bancárias aí domiciliadas. Acrescentou que, caso outras entidades bancárias manifestem interesse em apresentar propostas semelhantes, serão igualmente recebidas e tratadas da mesma forma. Relativamente ao impacto prático do protocolo, considerou que este não deverá ser significativo, uma vez que as condições previstas envolvem escalões de valores aos quais a maioria dos trabalhadores do Município não terá acesso. Referiu que apenas alguns técnicos superiores poderão reunir os requisitos necessários para beneficiar dessas condições, não sendo, contudo, a generalidade dos funcionários abrangida pelos parâmetros definidos. Concluiu que o Município aguardará para verificar se alguns colaboradores aderem ao programa, embora considere que o impacto no universo dos trabalhadores municipais será reduzido, podendo a realidade ser diferente noutros municípios. Não havendo mais questões, colocou o assunto à votação. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 237/2026**, do Senhor Presidente da Câmara, no sentido da celebração do protocolo com a Caixa Geral de Depósitos, bem como a aprovação da respetiva minuta, ao abrigo das disposições previstas na alínea i) e l) do n.º 2 do artigo 23.º e alíneas o), u) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual. -----

----- Mais foi deliberado autorizar o Senhor Presidente da Câmara a outorgar o protocolo em representação do Município. -----

----- ***DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS*** -----

----- **APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO – RECONSTRUÇÃO DO AÇUDE DA LAGOA.** -----

----- O Senhor Presidente informou que o assunto dizia respeito à aprovação do projeto de execução da reconstrução do açude da Lagoa. Referiu que, como seria do conhecimento geral, existiu anteriormente um projeto para o local que,

infelizmente, não chegou a concretizar-se. Esclareceu que o Município entende que a reconstrução do açude constitui uma intervenção importante para o reforço da segurança, para a gestão e o controlo dos recursos hídricos e para tornar mais eficiente o funcionamento daquele sistema hidráulico. Acrescentou que o investimento, no valor de 478 mil euros, seria objeto de candidatura ao Centro 2030 e destinava-se ao controlo dos níveis da água e dos caudais, contribuindo para a prevenção de riscos de inundação, tendo em conta a imprevisibilidade das condições climáticas durante o inverno. Referiu ainda que a intervenção poderia desempenhar igualmente um papel ao nível da proteção ambiental e colaborar com a atividade agrícola, pelo que, uma vez implantada e em funcionamento, reuniria várias valências. Concluiu afirmando que o Município considerava tratar-se de um projeto cuja concretização justificava plenamente a sua instalação no terreno. Por fim, questionou se existia alguma intervenção. ---

----- O Senhor Vereador Francisco Reigota manifestou concordância quanto à importância da instalação do açude, salientando, contudo, que a obra deveria ser devidamente executada. Referiu que ninguém colocava em causa a necessidade de proteger o sistema hidráulico, atendendo à sua relevância para a agricultura, para o ambiente e para a gestão do território. Acrescentou que, tratando-se de um investimento próximo de meio milhão de euros, era essencial que o mesmo produzisse resultados efetivos, questionando se o Município tinha retirado ensinamentos das intervenções anteriormente realizadas. Recordou que, nos últimos anos, foram efetuados diversos investimentos no sistema hídrico do concelho, nomeadamente na Lagoa, no Casal de São Tomé, na Praia de Mira e na Videira, referindo que alguns produziram os resultados esperados, enquanto outros originaram problemas ou evidenciaram lacunas ao nível da sua conceção, designadamente no funcionamento de sistemas de comportas.

Questionou, por isso, se o presente projeto resultava de uma avaliação técnica das intervenções efetuadas nos últimos anos ou se tinha sido desenvolvido de forma autónoma, sem incorporar a experiência adquirida anteriormente. Acrescentou que importava também perspetivar os resultados do investimento a médio e longo prazo, designadamente ao fim de dez anos, questionando quais as melhorias concretas que se esperava alcançar e que indicadores tinham sido ou viriam a ser definidos para avaliar o sucesso da intervenção. Concluiu referindo que, embora reconhecesse a pertinência da reconstrução do açude, considerava essencial conhecer a forma como o processo foi estruturado e as premissas técnicas que sustentavam o projeto. -----

----- O Senhor Presidente referiu que, sempre que ocorrem erros, importa retirar ensinamentos dos mesmos, identificando o que correu menos bem, salientando que a engenharia hidráulica constitui uma área altamente especializada e que, por esse motivo, nem sempre os resultados correspondem ao inicialmente previsto. Acrescentou que poderia passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente e, se necessário, ao Chefe da Divisão de Obras Municipais, para prestarem esclarecimentos técnicos adicionais. Referiu, no entanto, que, do conhecimento que possuía, o presente projeto assentava na base do anterior, incorporando as correções das soluções que não funcionaram adequadamente e o reforço dos aspetos identificados como pontos de rutura ou de fragilidade. Considerou que a conceção estrutural do projeto anterior era adequada, tendo os problemas resultado sobretudo de aspetos relacionados com a sua execução, os quais seriam agora corrigidos. Esclareceu ainda que a localização da intervenção foi objeto de análise técnica, tendo-se concluído que deveria manter-se no mesmo local onde anteriormente existia o açude, por se considerar essa a solução mais adequada, em detrimento de outras localizações possíveis. Acrescentou que a

zona envolvente integra vários moinhos de água e terrenos agrícolas, recordando que o Município adquiriu um desses moinhos com o objetivo de valorizar aquele espaço, tornando-o mais atrativo e funcional. Referiu que a intervenção pretende igualmente contribuir para a recuperação e valorização dos moinhos, com fins educativos e turísticos, bem como apoiar o regadio dos terrenos agrícolas existentes nas imediações, utilizados por agricultores que continuam a desenvolver a sua atividade naquele local. Por fim, informou que iria conceder a palavra ao Senhor Vice-Presidente para prestar os esclarecimentos que entendesse pertinentes sobre o assunto. -----

----- O Senhor Vice-Presidente agradeceu a palavra e esclareceu que a presente intervenção integrava um projeto mais abrangente na área dos recursos hídricos, com um investimento superior a 1,5 milhões de euros, a candidatar ao Centro 2030. Referiu que já tinha tido oportunidade de abordar este assunto na reunião anterior, na qual o Senhor Vereador não esteve presente. Explicou que uma das exigências do respetivo aviso de candidatura consiste na aprovação prévia dos projetos, razão pela qual o projeto de execução era submetido à apreciação da Câmara Municipal. Acrescentou que, no âmbito do mesmo projeto, se previa igualmente avançar com a requalificação da barragem do Casal de São Tomé e das Portas de Água da Videira. Referiu ainda que o Município pretendia incluir outras intervenções, designadamente a construção de um açude junto à Ponte da Caralhota e outro na zona do rasgo da Rua do Canal, para controlo da saída de água da Barrinha, mas que essas propostas não obtiveram aprovação da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), apesar das diligências efetuadas e das tentativas de reformulação dos projetos. Salientou que o Município tem procurado retirar ensinamentos das intervenções anteriores, desenvolvendo agora projetos com soluções distintas, de forma a evitar a repetição dos

problemas que conduziram ao colapso do açude da Lagoa na sequência das intempéries e da força das correntes. Concluiu referindo que o projeto global, de valor superior a 1,5 milhões de euros, inclui não apenas a requalificação e construção de açudes, mas também ações de controlo de espécies infestantes e de limpeza das linhas de água, informando que oportunamente seria dado conhecimento da totalidade da candidatura. Acrescentou ainda que, ao longo do ano, têm sido submetidos à aprovação da Câmara diversos projetos, não só na área dos recursos hídricos, mas também na educação, designadamente os relativos à Escola da Lagoa e à Escola de Mira, prevendo que outros projetos viessem igualmente a ser apresentados em reuniões futuras, por integrarem a estratégia do Executivo Municipal. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vice-Presidente os esclarecimentos prestados e questionou se existia mais algum pedido de esclarecimento. -----

----- O Senhor Vereador Francisco Reigota efetuou um pequeno reparo, referindo, de forma bem-humorada, que a designação correta da ponte era Ponte da Caralhola, tendo ocorrido uma troca das letras “T” e “L” na referência anteriormente efetuada. Apresentou ainda uma sugestão que já tinha sido aprovada enquanto membro da Junta de Freguesia da Praia de Mira, embora não tenha chegado a ser implementada, e que também já tinha transmitido ao atual Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira. Propôs que fosse equacionada pelo Executivo Municipal a colocação de placas identificativas com os nomes de todas as pontes existentes no concelho de Mira. Reconheceu que existem atualmente diversas necessidades ao nível da toponímia, nomeadamente placas degradadas e a carecer de manutenção, mas considerou que este poderia ser um projeto interessante a desenvolver em articulação entre

as quatro Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal. Sugeriu ainda que, no site da Câmara Municipal, pudesse existir uma memória descritiva associada a cada ponte, explicando a origem e o significado dos respetivos nomes, valorizando assim o património local. Concluiu referindo, a título de exemplo, a Ponte da Caralhola, cujo nome considerou peculiar e suscetível de, por vezes, originar lapsos na sua pronúncia. -----

----- A Senhora Vereadora Rosário Palmela sugeriu, na sequência da intervenção do Senhor Vereador Francisco Reigota, que esta iniciativa pudesse integrar um projeto de cidadania desenvolvido pelas escolas. Considerou que se trataria de um trabalho de grande interesse, referindo que, na sua escola, já tinha sido realizada uma iniciativa semelhante, com a identificação das lagoas, das valas e das pontes em madeira, na qual os alunos pintaram os respetivos nomes, escreveram e elaboraram desenhos associados aos elementos identificados. Concluiu referindo que esta poderia ser uma proposta interessante para desenvolver no âmbito da cidadania e para ser apresentada às escolas. -----

----- O Senhor Presidente registou a sugestão apresentada pela Senhora Vereadora e não havendo mais questões, colocou a votação. -----

---- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 238/2026**, do Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, no sentido da aprovação do Projeto de execução - Reconstrução do Açude da Lagoa. -----

----- ***DIVISÃO EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E AÇÃO SOCIAL*** -----

----- **PROPOSTA PARA ATRIBUIÇÃO DE TARIFA SOCIAL DE ÁGUA A MUNICÍPE PROC. Nº 7/2022.** --
O Senhor Presidente informou que o assunto dizia respeito à proposta de atribuição de tarifa social da água a um munícipe. Questionou se seria possível agregar os pontos seguintes, uma vez que se tratava do mesmo assunto,

referindo que o título do primeiro ponto correspondia ao título dos restantes. Solicitou, assim, autorização para que todos os pontos fossem apreciados em conjunto. Não havendo nada a acrescentar relativamente aos referidos pontos, informou que os colocaria à votação em conjunto, agradecendo. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 239/2026**, do Senhor Presidente da Câmara, no sentido da atribuição de Tarifa Social de Água ao munícipe com o processo de ação social n.º 7/2022, ao abrigo do disposto na alínea a) i) do n.º 1 e do n.º 6 do artigo 79.º - Tarifas Especiais, do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais e no âmbito da competência da Câmara prevista no disposto na alínea v) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na atual redação. -----

----- **PROPOSTA PARA ATRIBUIÇÃO DE TARIFA SOCIAL DE ÁGUA A MUNÍCIPE PROC. Nº 10/2026.**

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 240/2026**, do Senhor Presidente da Câmara, no sentido da atribuição de Tarifa Social de Água ao munícipe com o processo de ação social nº 10/2026, ao abrigo do disposto na alínea a) i) do n.º 1 e do n.º 6 do art.º 79º - Tarifas Especiais, do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais e no âmbito da competência da Câmara prevista no disposto na alínea v) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na atual redação. -----

----- **PROPOSTA PARA ATRIBUIÇÃO DE TARIFA SOCIAL DE ÁGUA A MUNÍCIPE PROC. Nº 2/2020. –**

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 241/2026**, do Senhor Presidente da Câmara, no sentido da atribuição de Tarifa Social de Água ao munícipe com o processo de ação social nº 2/2020, ao abrigo do disposto na alínea a) i) do n.º 1 e do n.º 6 do art.º 79º - Tarifas Especiais, do

Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais e no âmbito da competência da Câmara prevista no disposto na alínea v) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na atual redação. -----

----- **PROPOSTA PARA ATRIBUIÇÃO DE TARIFA SOCIAL DE ÁGUA A MUNICÍPE PROC.º Nº 05/2026.**

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 242/2026**, do Senhor Presidente da Câmara, no sentido da atribuição de Tarifa Social de Água à Munícipe com o Proc.º nº 05/2026 –Tarifários Especiais de Água, ao abrigo do disposto na alínea a) i) do n.º 1 e do n.º 6 do art.º 79º do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais, e no âmbito da competência da Câmara prevista no disposto na alínea v) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na atual redação. -----

----- ***DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA*** -----

----- **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - APROVAÇÃO DA LEGALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA E DA UTILIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS - PROC. N.º 01/2026/535.** -----

----- O Senhor Vereador António Gonçalves apresentou algumas dúvidas relativamente ao processo em apreciação. Referiu que se tratava de um processo que reunia parecer técnico favorável e que, de acordo com a informação dos serviços, cumpria as disposições do PDM e do RGUE, não colocando, por isso, em causa a viabilidade da respetiva legalização. Contudo, considerou que existiam alguns aspetos que careciam de esclarecimento. Referiu que a situação resultava de um processo de fiscalização, com o número 27/2026/27, mas que a documentação disponibilizada não identificava de forma concreta a natureza da infração detetada, o momento em que ocorreu nem as respetivas consequências. Nesse sentido, questionou se tinha sido instaurado

algun processo de contraordenação, se tinha havido aplicação de coima ou de outro tipo de sanção, e se se tratava de uma situação recente ou de construções existentes há vários anos. Colocou ainda uma questão relacionada com o número de processos de legalização decorrentes de ações de fiscalização atualmente pendentes no Município, questionando se o Senhor Presidente tinha conhecimento desse número. Por outro lado, referiu que era mencionado que o prédio correspondia a um prédio urbano omissso na matriz, estando prevista a sua regularização posterior. Nesse âmbito, questionou se a omissão matricial dizia respeito apenas aos anexos agora legalizados ou ao prédio na sua totalidade, bem como se existiam outros elementos registais ou tributários ainda por regularizar. Concluiu referindo que considerava a legalização o procedimento adequado quando existe conformidade urbanística, mas salientou a importância de que os processos resultantes de ações de fiscalização fossem acompanhados de informação mais completa, garantindo transparência e igualdade de tratamento para todos os munícipes. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do Senhor Vereador e informou que iria passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente, por se tratar de matéria que lhe estava delegada. Convidou-o a prestar os esclarecimentos considerados necessários. -----

----- O Senhor Vice-Presidente agradeceu ao Senhor Presidente e referiu que, naquele momento, não tinha presentes todas as questões colocadas pelo Senhor Vereador. Solicitou que, caso fosse necessário, este pudesse voltar a colocá-las após a sua intervenção. Esclareceu que todos os processos de legalização, alguns dos quais se prolongam há vários anos, independentemente do respetivo desfecho, são comunicados ao Ministério Público e às diversas entidades competentes, seguindo posteriormente para a Divisão Administrativa,

para os procedimentos relativos à aplicação das eventuais coimas e taxas devidas. Relativamente à questão colocada sobre a abrangência da legalização, esclareceu que a mesma tem de incidir sobre a totalidade do artigo e do terreno, não sendo possível proceder à legalização apenas de uma parte da construção e deixar outra por regularizar, exemplificando com a situação de uma moradia com anexos, em que não seria possível legalizar apenas uma das componentes. Quanto à quantidade de processos de legalização atualmente existentes no Município, referiu não dispor, naquele momento, dessa informação. Solicitou, por fim, que o Senhor Vereador voltasse a colocar a questão relativa à omissão da matriz, por não ter conseguido identificá-la no conjunto das questões apresentadas. -----

----- O Senhor Vereador António Gonçalves esclareceu que tinha questionado igualmente se a situação em análise correspondia a uma construção recente ou se se tratava de construções existentes há vários anos. -----

----- O Senhor Vice-Presidente esclareceu que, tanto quanto era do seu conhecimento, tratava-se de obras que já existiam há alguns anos, não correspondendo a uma situação recente. -----

----- O Senhor Vereador António Gonçalves referiu que tinha questionado igualmente se a omissão matricial respeitava apenas aos anexos agora legalizados ou ao prédio na sua globalidade, considerando que essa questão já teria sido respondida pelo Senhor Vice-Presidente. Acrescentou que tinha ainda questionado se existiam outros elementos registais ou tributários que permanecessem por regularizar. -----

----- O Senhor Vice-Presidente referiu que se tratava de uma questão demasiado técnica, não tendo naquele momento presente a Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, Ana Mesquita, para prestar o devido esclarecimento. Solicitou, por

isso, aos serviços que registassem a questão colocada, comprometendo-se a posteriormente prestar a resposta ao Senhor Vereador. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vice-Presidente os esclarecimentos prestados e referiu que a Técnica Edite Inocência teria tomado nota das questões colocadas. Questionou se existia mais alguma questão. Não havendo colocou a votação. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 243/2026**, do Senhor Presidente da Câmara, nos termos conjugados do n.º 4 do art.º 48.º do Capítulo X do RMUE com o art.º 102.º-A do Decreto-Lei N.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação (adiante designado por RJUE), o Executivo Municipal delibere favoravelmente sobre a aprovação da legalização da operação urbanística e a utilização dos edifícios para anexos de apoio à habitação, nas seguintes condições: -----

----- A legalização da operação urbanística é efetuada sob reserva de direitos de terceiros; -----

----- O pagamento das taxas devidas pela legalização deverá ser efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis nos termos do n.º 2 do art.º 86.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei N.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação, sob pena de, findo aquele prazo, o processo ser remetido para execução fiscal a realizar pela Autoridade Tributária. -----

----- Os anexos de apoio à habitação não têm autonomia funcional e encontram-se associados à habitação com licença de utilização n.º 61/98. -----

----- **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO ATO DE LICENCIAMENTO, COM AUDIÊNCIA PRÉVIA DOS INTERESSADOS – PROC. N.º 01/2025/357.** -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 244/2026**, do Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 2 e do n.º 5 do art.º

71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de dezembro, na sua atual redação (RJUE), o Executivo Municipal delibere declarar a caducidade do ato de licenciamento referente ao processo 01/2025/357. -----

----- Mais foi deliberado que, face à proposta de declaração de caducidade do ato de licenciamento supra, seja ouvido o titular do processo, ao abrigo do seu direito de audiência prévia, concedendo-se-lhe um prazo de 10 (dez) dias para ele se pronunciar de acordo com o art.º 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei N.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação. -----

----- Foi ainda deliberado que, caso o titular do processo, regularmente notificado, não venha a exercer o seu direito de audiência prévia dentro do prazo estabelecido para o efeito, se considere definitivamente prolatado o ato de declaração de caducidade e arquivado o processo, sendo também disso mesmo notificado. -----

----- **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO ATO DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA, COM AUDIÊNCIA PRÉVIA DOS INTERESSADOS – PROC. N.º 01/2025/99.** -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 245/2026**, do Senhor Presidente da Câmara, no sentido de declarar a caducidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura, determinado por Despacho do Vereador do Pelouro, no uso de competência delegada, datado de 07/05/2025. -----

----- Mais foi deliberado que, face à proposta de declaração de caducidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura, seja ouvido o titular do processo, ao abrigo do seu direito de audiência prévia, concedendo-se-lhe um prazo de 10 (dez) dias para ele se pronunciar de acordo com o artigo 121.º e seguintes do

Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei N.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação. -----

----- Foi ainda deliberado que, caso o titular do processo, regularmente notificado, não venha a exercer o seu direito de audiência prévia dentro do prazo estabelecido para o efeito, se considere definitivamente prolatado o ato de declaração de caducidade e arquivado o processo, sendo também disso mesmo notificado. -----

-----**ENCERRAMENTO:** -----

-----E, não havendo mais nada a tratar, pelo Senhor Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, sendo 11:35h, tendo sido aprovada, por unanimidade, a minuta da respetiva ata, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

-----E, para constar, lavrou-se a presente ata, que eu, Ana Teresa O. Vieira, na qualidade de secretária, redigi.-----

(*Presidente:* Artur Jorge Ribeiro Fresco)

(*Secretária:* Ana Teresa Oliveira Vieira)